

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990. 220p.

Neste livro, Maria Alice Nogueira busca a contribuição de Marx e Engels especificamente para a Educação, e desenvolve seu trabalho em dois eixos de interpretação. Primeiramente, analisa as idéias educacionais dos autores, a partir de seus próprios textos, onde se esboça a história da infância operária no século XIX. Em seguida, Nogueira dedica-se à explicitação das concepções educacionais de Marx e Engels, surgindo como pólo central da análise a relação ensino e trabalho.

Na primeira parte da obra, intitulada "As condições de trabalho e de instrução das crianças trabalhadoras do século XIX, segundo Marx e Engels", a autora discorre sobre o contexto do período que se abre a partir do século XVIII, sobretudo no que se refere à atividade infantil, nas fábricas nascentes, estabelecendo uma linha histórica desse trabalho num sistema capitalista. Assim, no capítulo 1, aparecem as interpretações gerais que os dois autores deram ao fenômeno da ocupação da criança pela indústria do século passado, e o porquê da utilização dessa força de trabalho. Na verdade, o trabalhador infantil é utilizado, primeiramente, no sentido de diminuir os gastos, em função dos baixíssimos salários pagos às crianças, que segundo Engels, como cita a autora, era "a terça parte ou a metade do salário do operário adulto".

Fora isto, a baixa remuneração do menor é um fator que favorece também a baixa do salário do adulto. Assim, diz Engels: "a burguesia tirou amplamente proveito da possibilidade de utilizar e de explorar mulheres e crianças, com a finalidade de baixar os salários".

De acordo com Marx e Engels, esclarece Maria Alice, os dois fatores explicativos essenciais de emprego da criança na indústria mecanizada são: economia de capital variável e mutação nas técnicas de fabricação.

No capítulo 2, a autora mostra as diferentes formas de mobilização do trabalho infantil, como força de trabalho barato e submissa à indústria

capitalista. A este respeito, afirma Marx: "o nascimento da indústria é calibrado pelo grande rapto herodiano de crianças". Para ilustrar a forma de tratamento desumana e injusta, depoimentos daquela época demonstram que "um bando de crianças de fábrica foi anunciado e arrematado. em leilão público, como parte de propriedade..."

A autora esclarece que "a assimilação do trabalho infantil no capitalismo é bastante freqüente na obra (principalmente em Marx) e se fundamenta em duas ordens de argumentos: de um lado, não se trata de uma força de trabalho juridicamente livre no mercado; de outro lado, em virtude das conseqüências disso, a saber, que a posição do patrão virtual da criança lhes confere vários poderes sobre suas condições de vida e de trabalho".

Na primeira parte do séc. XIX, o Estado impõe limitações, através de leis não capitalistas sobre esta questão, ficando, desta forma, normatizado o uso do menor como força de trabalho.

Maria Alice observa que autores contemporâneos, como Landes (Europa), Fohlen (Inglaterra) e Sandrin (França), fazem referências às crianças das classes populares nos séculos XVIII a XIX, que eram usadas na aprendizagem do ofício de manufaturas ou enviadas para povoar as colônias. Essas crianças eram em sua maioria órfãs e abandonadas nos hospícios daquela época.

Observa, também, que essa força de trabalho (a infantil) constitui a primeira forma histórica de gestão da força de trabalho pelo Estado no capitalismo, e ilustra com Planel: "[...] foi regulamentando o uso dos trabalhadores infantis que o Estado esboçou suas primeiras políticas de mão-de-obra". Em seguida, no capítulo 3, a autora faz um histórico da regulamentação do trabalho de criança na Inglaterra, enfocando a descrição de Engels e a interpretação de Marx sobre a exploração capitalista das crianças operárias, e no capítulo 4, retrata as condições de trabalho das crianças, os postos de trabalho e os feitos do trabalho sobre a saúde. Em síntese, foram as seguintes conseqüências do regime de fábrica sobre a saúde das novas gerações: crianças extenuadas de

tanto trabalhar, privadas de repouso e de ar livre, estropiadas, marcadas pelo resto da vida por graves deficiências e enfermidades.

Prosseguindo sua análise, a autora procura ressaltar, no capítulo 5, as condições de trabalho e o nível de instrução das crianças. Sob este aspecto, vê-se que as condições sociais, reservadas pelo sistema de fábricas à criança, determinaram a concepção de Marx a respeito de instrução e trabalho, material, sendo essas próprias condições que influenciaram o pensamento de Marx sobre o que seria o "germe" da educação do futuro.

Na segunda parte do trabalho Maria Alice focaliza as concepções de Marx e Engels a respeito de educação e ensino, colocando o princípio da união entre ensino e trabalho, através do qual eles ressaltavam a ligação estreita entre a participação do educando na produção e a formação intelectual. Estas idéias configuraram segundo a autora, "o

núcleo central em torno do qual gira toda a visão que tiveram da gestão da educação e da formação, baseada na combinação do ensino (em todos os seus níveis) com o "trabalho produtivo pago", para todas as crianças acima de certa idade.

Assim, Nogueira se empenha em demonstrar o sentido político da união do ensino com o trabalho destacando que, na opinião de Marx, é uma realidade germinada a partir das contradições do capitalismo.

E isto, como nos deixa ver a autora, caracteriza o ponto central da contribuição de Marx e Engels para o estudo das questões educacionais, ou seja, "a associação dos estudos teóricos com o trabalho produtivo", o que, também, implica a originalidade de enfoque de análise e interpretação.

Samuel Aureliano da Silva